

Dora Kramer*

É mito achar que delações fazem Brasília tremer

Há algo de mito, daqueles que facilitam o raciocínio, na história de que Brasília “treme” a cada expectativa de delação premiada de investigados presos.

O pessoal que sabe o que fez em verões e invernos passados não perde o sono nem tempo com aflições comuns aos inocentes. Trata mesmo é de se mexer para encontrar um jeito de escapar dos infortúnios do porvir.

Nessa hora entram em cena advogados especializados em cavar situações propensas a nulidades futuras e aparecem propostas de pactos reformistas com intuito de normalizar as anormalidades. É assim que funciona: ninguém fica embaixo da cama roendo as unhas. A palavra de ordem é atividade.

Quando acertos para a contenção da sangria se avizinharem difíceis — como parece ser o caso agora, quando a Polícia Federal reúne provas que podem atropelar a delação de Daniel Vorcaro —, a torcida passa a ser para que a lama se espalhe a ponto de se validarem versões sobre perseguições do “sistema” de forças ocultas interessadas em desmoralizar as instituições.

Dessa receita fazem parte as reações genéricas sem

acusações pessoais e que ressaltam a gravidade dos fatos. Pontuam a necessidade de apuração rigorosa, prescrevem total apoio às investigações e condenação dos ilícitos porventura cometidos e dos quais, claro, seus autores estariam muito distantes. Das malfeitorias, inclusive, nunca ouviram falar.

Brasília não treme nem se amofina; Brasília age em direção à fuga. Procura novas formas de escapar, de contornar o cerco que desde o mensalão as instâncias e fiscalização fazem sobre as mais variadas formas de corrupção.

Essa modalidade de crime se sofisticou, adota novas artimanhas, como vemos agora no golpe do Banco Master, cujos descaminhos ainda estão por ser desvendados.

Os métodos de investigação também se modernizam: já não dependem só de delatores, prescindem de recibos ou de grampos telefônicos; as coisas estão no zap e no exibicionismo das redes digitais.

Resta a observar quem cruzará primeiro a linha de chegada.

*Jornalista e comentarista de política

Sérgio Cabral*

A Nova China

Na história da humanidade, não há nenhuma nação que se compare com a China na retirada de centenas de milhões de pessoas da extrema pobreza.

Segundo dados do Banco Mundial, foram cerca de 800 milhões de seres humanos. Essa verdadeira revolução tem apenas 48 anos, desde que Deng Xiaoping, em 1978, assumiu o poder.

Acabo de ler o livro, cujo título dá nome a esse artigo, “A Nova China- para além do socialismo e do capitalismo”, da brilhante intelectual chinesa, Keyu Jin. Impactante e elucidativo. Keyu é professora de economia da London School of Economics e da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong. Trabalhou no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Se formou na Universidade de Harvard. Morou por anos nos Estados Unidos. Tem vivência do Ocidente e do Oriente.

O livro é um mergulho profundo na sociedade chinesa. Traz o processo de transformação inaugurado por Deng Xiaoping no país. Descreve a China sem um caráter oficialístico, mas também sem o preconceito embutido em grande parte dos países ocidentais.

Deng Xiaoping construiu o que se define como o socialismo de características chinesas. O país se abriu às empresas capitalistas e não perdeu a mão do controle do Estado. Em menos de 50 anos, a China é o segundo PIB do planeta, o maior exportador e importador do mundo.

A China é vanguarda na ciência e na tecnologia. Tem uma indústria moderna e de alta competitividade. Foi o país

com o maior volume de investimentos no Brasil, em 2025.

Keyu Jin aponta os desafios da China na continuidade do seu progresso, já com uma classe média forte e consolidada e com uma faixa grande de bilionários. Os desafios da contínua distribuição de renda sem ferir a força da iniciativa privada do país e das empresas estrangeiras instaladas.

É interessante como um país de partido único, o Partido Comunista Chinês, tem um sistema descentralizado de decisões nas cidades, condados e províncias. E como esses entes têm força e capacidade de investimentos.

A China realiza a diplomacia do “soft power”. Está presente nos países do Oriente e do Ocidente pela qualidade dos seus produtos e pela força econômica dos seus investimentos em infraestrutura. Não está envolvida em conflitos e não tem aspiração imperialista.

Tem a maior produção siderúrgica do mundo, a melhor tecnologia de aproveitamento de terras raras, a maior rede de trens de alta velocidade, metrô em todas as cidades de médio e grande porte, universidades de ponta, uma das líderes no desenvolvimento aeroespacial, destaque na medicina pelos seus profissionais e pela tecnologia empregada, enfim, quase inacreditável que esse país, há 50 anos, era um país pobre, agrário e com seu povo chafurdado na pobreza.

Não há precedentes na história da humanidade. Sugiro a leitura do excelente livro de Keyu Jin, lançado no Brasil pela editora Edipro.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Stefano Ribeiro Ferri*

Quem responde quando a Inteligência Artificial erra na saúde?

Uma reportagem recente do New York Times trouxe à tona um movimento que tende a se intensificar nos próximos anos: grandes empresas de tecnologia estão desenvolvendo ferramentas capazes de analisar prontuários médicos, resultados de exames e até dados coletados por dispositivos móveis. A promessa é sedutora: centralizar informações de saúde que hoje são dispersas, facilitar o acesso do usuário aos próprios dados e, em última análise, melhorar a tomada de decisões.

É inegável que se trata de um avanço tecnológico relevante. Mas, na prática, o cenário é mais sensível — e mais arriscado — do que parece. Dados de saúde não são informações comuns. São classificados como dados sensíveis, pois dizem respeito à intimidade mais profunda do indivíduo. Sua centralização em plataformas digitais, embora eficiente, pode se transformar em ponto crítico de vulnerabilidade, altamente atrativo para ataques cibernéticos.

Mas o problema não é apenas técnico. É jurídico. Há registros de que sistemas de inteligência artificial já falharam na identificação de emergências clínicas ou sugeriram orientações inadequadas. Diante disso, surge uma pergunta inevitável: quem responde quando a tecnologia erra?

Essa discussão ainda é incipiente, mas já se tornou essencial. Nas relações de consumo mediadas por tecnologia, a responsabilidade tende a se diluir entre desenvolvedores, plataformas e eventuais prestadores de serviço. Para o usuário, no entanto, o risco é concreto — e imediato.

Há ainda outro ponto crítico: o consentimento. Em teoria, o compartilhamento desses dados depende de autorização livre, informada e inequívoca. Na prática, o que se vê é a repetição de um padrão já conhecido: termos de uso extensos, linguagem técnica e uma evidente assimetria informacional entre empresas e consumidores.

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece um regime mais rigoroso para o tratamento de dados sensíveis, incluindo os de saúde. Ainda assim, a eficácia dessa proteção depende não apenas da norma, mas de sua aplicação concreta diante de tecnologias em rápida evolução.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores. Contudo, essa lógica pressupõe relações de consumo relativamente identificáveis, em que seja possível delimitar com clareza a cadeia de fornecimento e os pontos de controle. O desafio colocado pela inteligência artificial reside justamente no fato de que decisões são tomadas por sistemas opacos e integrados a múltiplos agentes, muitas vezes sem que seja possível identificar, com precisão, onde ocorreu a falha.

O debate, portanto, não é sobre impedir a inovação, mas sobre a definição clara de seus limites. A incorporação da inteligência artificial à saúde é, ao que tudo indica, inevitável. O que ainda está em aberto é o modelo de responsabilização que acompanhará esse avanço e, principalmente, o grau de proteção que será efetivamente garantido ao consumidor. A tecnologia continua prometendo respostas rápidas e decisões mais eficientes. O direito, por sua vez, precisa garantir que, quando algo der errado, também exista uma resposta clara.

*Especialista em Direito do Consumidor. Relator da 6ª Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP e membro da Comissão de Direito Civil da OAB - Campinas. Formado em direito pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GAGO COUTINHO AINDA NÃO CHEGOU EM FERNANDO DE NORONHA

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de maio de 1931 foram: Assembleia Nacional Francesa está reunida em Versalhes para escolher o novo presidente do país, cujo favorito é Aristides Briand. Ele-

mentos monarquistas espanhóis mais exaltados promovem balbúrdia em Madrid. Gago Coutinho, com o hidroavião DO-X, ainda não chegou em território brasileiro e busca aterrar em Fernando de Noronha.

HÁ 75 ANOS: CÂMARA AUTORIZA PROJETO PARA A CAPITAL FEDERAL SER NO INTERIOR DO PAÍS

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de maio de 1951 foram: UDN planeja lançar novamente a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência. Câmara aprova projeto que autoriza

Governo a fazer estudos para a capital federal ser no interior do país. Senado aprova lei a escola de cadetes do ar. URSS termina a repatriação de soviéticos que estavam retidos na Alemanha.